



25 a 27 de fevereiro de 2025

DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA DE MENSURAÇÃO DA PROPENSÃO PARA SUCESSÃO EM PROPRIEDADES RURAIS

BUSS, Alan¹

HOFFMANN, Daniel²

BRAUM, Loreni Maria dos Santos³

RESUMO: O objetivo da pesquisa é desenvolver e validar uma Escala de Mensuração da Propensão à Sucessão em Propriedades Rurais. A fundamentação teórica trata da sucessão familiar, inovação tecnológica no agronegócio, fatores que influenciam jovens a permanecerem nas atividades rurais familiares, fatores que influenciam o abandono e dificuldade no processo de sucessão dos jovens na atividade rural. Quanto aos procedimentos metodológicos trata-se de uma pesquisa descritiva, por meio de um levantamento realizado com alunos de graduação da área de Agronomia, utilizando a abordagem qualitativa, para elaboração da escala, e quantitativa para a realização da análise multivariada de dados. Os resultados indicaram que a escala atende os parâmetros estatísticos, sendo formada por dois fatores em que o fator 1, denominado Carreira é composto por 12 itens que remetem às expectativas de atuação profissional no futuro e o fator 2, denominado Visão de Futuro/Inovação é composto por 8 itens que remetem à adoção de novas tecnologias, novos métodos e diversificação das atividades desenvolvidas nas propriedades rurais. A escala desenvolvida demonstrou-se uma ferramenta válida para mensurar a predisposição à sucessão na gestão de propriedades rurais e oferece subsídios para estudos futuros, os quais poderão investigar características pessoais bem como teorias que tenham correlação com esta propensão.

Palavras-chave: Desenvolvimento e Validação: Escala de Mensuração: Sucessão em Propriedades Rurais.

1 INTRODUÇÃO

A sucessão familiar se refere à transferência de controle e propriedade do gestor da empresa para outro líder da mesma família, no decorrer das gerações (HEINRICH, 2014). A sucessão na gestão por um familiar nos diversos ramos de atividade como comércio, indústria, serviços e atividades voltadas para o agronegócio tem vantagens e desvantagens. Algumas vantagens descritas por Rebouças (1999) são: continuidade de um familiar no comando dos negócios; agilidade na tomada de decisões e flexibilidade para implementar mudanças; transferência da gestão dos negócios para sucessores com interesse na otimização dos resultados; possibilidade de o sucessor, que geralmente é um dos herdeiros, passar por treinamento empírico e desenvolver conhecimentos e habilidades, desde a sua juventude, para dar continuidade nos negócios familiares; e possibilidade de controlar o gestor sucessor no início do processo; facilidade de trabalhar com espírito de família, motivando o sucessor a atuar para alcançar o sucesso. Enquanto as desvantagens, segundo Rebouças (1999), são:

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus de Marechal Cândido Rondon*. E-mail: alan.buss@unioeste.br

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus de Marechal Cândido Rondon*. E-mail: daniel.hoffmann1@unioeste.br

³ Docente do Curso de Ciências Contábeis - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus de Marechal Cândido Rondon*. E-mail: loreni.braum@unioeste.br

disputa de poder entre membros da família, pois se no momento de assumir os cargos mais elevados na gestão dos negócios todos os herdeiros possíveis quiserem se candidatar, poderá haver conflitos; demissão do gestor sucessor, o que constitui uma atitude difícil, uma vez que para resolver um problema dos negócios, acaba-se gerando um problema familiar; e dificuldade em separar o ambiente familiar do profissional.

A área de Ciências Sociais Aplicadas na qual está inserido o curso de Ciências Contábeis está voltada a estudos em diversos setores de atuação como: indústria, comércio, prestação de serviços e atividades do agronegócio. Nos últimos anos vários estudos foram realizados sobre a temática sucessão em empresas familiares nos mais diversos ramos de atividade, dentre eles o do agronegócio. O agronegócio é um segmento da economia que contribui para a geração de empregos e renda bem como para o equilíbrio da Balança Comercial do Brasil. Assim, estudos voltados para a sucessão na gestão de propriedades rurais se mostram relevantes.

As atividades voltadas ao agronegócio sempre foram essenciais para alimentar as populações mundiais. Segundo Franco (2012) após a Segunda Guerra Mundial, junto do aumento populacional, surgiram novas técnicas e tecnologias aplicadas na agricultura, aumentando significativamente a produção de alimentos nos quatro cantos do mundo passando assim a ter um olhar de possível ganho no âmbito comercial sobre os produtos de origem vegetal e animal, mas também trouxe desafios ambientais e estruturais no âmbito familiar, bem como, grande atratividade pelas áreas urbanas.

A sucessão familiar em propriedades rurais é um tema relevante e que envolve complexidade, além de uma série de desafios econômicos, sociais e culturais. Nas últimas décadas, conforme Zou *et al.*, (2018), se tem observado uma transição geracional tanto nas propriedades rurais como nas empresas familiares, à medida que os proprietários mais velhos se aproximam da aposentadoria e buscam transferir a gestão e a propriedade para os membros mais jovens da família.

No entanto, essa transição nem sempre é fácil, pois uma série de fatores pode influenciar o sucesso ou o fracasso do processo de sucessão. As evidências atuais revelam que a falta de planejamento para sucessão principalmente no setor de agronegócio afeta negativamente o uso da terra, a sustentabilidade do agronegócio e a segurança alimentar, bem como afetam na inovação tecnológica e racional do produtor do campo tendo em vista a saída precoce dos sucessores das propriedades ocasionado um cenário de envelhecimento dos atuais proprietários rurais que tem levado ao abandono de terras. (ZOU, *et al.*, 2018).

Em pesquisa feita pela empresa PwC Brasil, rede de consultoria e auditoria, a transição de uma geração para a seguinte é um dos maiores desafios enfrentados pelas empresas familiares onde apenas 36% das empresas conseguem passar para a segunda geração, 19% sobrevivem até a terceira, 7% chegam à quarta, e apenas 5% resistem até a quinta geração ou mais. No Brasil, 49% dos empresários demonstram preocupação com a transferência do controle do negócio para a próxima geração, e 14% preveem possíveis conflitos familiares durante essa transição. Em nível global, essas preocupações são um pouco menores, com 32% das empresas preocupadas com a sucessão e 9% antecipando conflitos familiares.

Segundo Kimak (2023), um caso renomado de fracasso no processo da sucessão familiar é da empresa Gucci, que apesar de ser reconhecida mundialmente pelas suas peças de grife, sofreu conflitos familiares e pressões internas entre a segunda e terceira geração de sucessores, perdendo a essência de uma empresa familiar, forçando o proprietário a vender suas ações para pagar as dívidas e amenizar as dificuldades financeiras resultantes, enfatizando assim a importância de um bom planejamento sucessório para a continuidade e desenvolvimento das empresas familiares.

De acordo com Morais *et al.* (2017), os sucessores em atividades do segmento de agronegócio, da mesma forma que os de outros segmentos de negócios, têm como desejos alcançar autonomia nas decisões, independência financeira, boas condições de vida e trabalho e, também, acesso ao crédito agrícola e oportunidades de educação e lazer, tendo como principais obstáculos a dificuldade de acesso a terras produtivas e rentáveis e ao crédito, restringindo suas possibilidades de adesão ou permanência no setor agrícola. Segundo o último censo publicado em 2010 pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística, a população brasileira que ocupa áreas rurais representa 15% da população total (IBGE, 2023).

Kischener, Kiyota e Perondi (2015), identificaram que um dos principais motivadores para a saída dos jovens do campo é a busca por uma renda mensal garantida, uma vez que as atividades voltadas ao agronegócio têm remuneração incerta e de longo prazo. Panno (2016) considera que as dificuldades da vida no campo podem ser minimizadas, com planejamento produtivo e técnicas de gestão, para que os potenciais sucessores não precisem abdicar dos benefícios urbanos, considerados atrativos por eles, como a valorização social e qualidade de vida.

Para Monteiro, *et al.* (2024), há vários fatores que influenciam a decisão de permanência ou não na agricultura, especialmente na região sul brasileira, como a desigualdade de gênero, renda, diversidade de atividades, melhorias na infraestrutura, autonomia na tomada de decisões, a comunidade social, falta de planejamento sucessório e a escassez de políticas públicas de incentivo a agricultura para jovens sucessores.

A escolha do sucessor para dar continuidade às atividades desenvolvidas em uma propriedade rural é uma tarefa difícil e geralmente parte dos próprios pais/avós, sendo que um dos fatores mais relevantes para a permanência dos sucessores no meio rural, é o fator cultural e social presente, em que os jovens buscam ficar perto da família, gostam do trabalho que exercem, *et além* de tudo podem ser donos do seu próprio negócio. (KRUGER *et al.*, 2019). Além disso, o sucessor precisa ter propensão e aptidão para atividades voltadas ao agronegócio bem como conhecimentos teóricos e empíricos que possibilitem a continuidade das atividades já desenvolvidas na propriedade e implantação de novas atividades, se for o caso, observando o cenário econômico e as novas tecnologias que surgem.

Diante disso, a pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: *Como mensurar a propensão individual à sucessão em propriedades rurais?* Para respondê-lo a pesquisa tem por objetivo desenvolver e validar uma Escala de Mensuração da Propensão Individual à Sucessão em Propriedades Rurais.

Para fins desta pesquisa a propensão à sucessão em propriedades rurais foi definida como sendo a “Predisposição favorável de um indivíduo para a sucessão nas propriedades rurais familiares, sem necessariamente, considerar as adversidades futuras, refletindo um sentimento favorável que ainda não chega a ser a intenção de assumir a gestão das atividades de agronegócio familiares rurais, mas poderá tornar-se no futuro.”.

Os procedimentos metodológicos foram a pesquisa descritiva, por meio de um levantamento realizado com alunos de graduação da área de Agronomia, utilizando para a análise a abordagem qualitativa, para elaboração da escala, e quantitativa para a realização da análise multivariada de dados. Além desta introdução a pesquisa traz mais quatro seções: fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, resultados e conclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção aborda a sucessão familiar, inovação tecnológica no agronegócio e fatores que influenciam a permanência ou abandono das atividades desenvolvidas em propriedades rurais.

2.1 SUCESSÃO FAMILIAR

No Brasil, o direito de herança é regido pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que faz parte do Código Civil. Esta lei define como o patrimônio é transferido para os herdeiros, seguindo as regras de sucessão legítima (sem testamento) e sucessão testamentária (com testamento) (ROCHA, *et al.*, 2020).

Segundo Araújo (2009), o avanço tecnológico impulsionou o desenvolvimento dos índices de produção rural, reduzindo a dependência de mão de obra na propriedade rural. Isso levou à evolução do conceito de setor primário, que deixou de ser isolado para se integrar à cadeia do agronegócio se tornando um negócio familiar. Esse contexto marca uma mudança significativa na forma como a

produção rural é compreendida e gerida, passando de uma produção familiar para um negócio que gera renda para diversas famílias empregadas no sistema.

Com parte dessa mudança na maneira de gerir deve-se levar em conta a transferência do controle e poder de administração do negócio do atual responsável para a próxima geração, composta pelos herdeiros (Moreira & Bortoli, 2007). Segundo Silvestro *et al.* (2001), esse processo abrange três etapas: transferência do patrimônio, continuidade das atividades profissionais e saída da geração atual do comando.

A sucessão, por ser uma decisão complexa, muitas vezes se torna conflituosa devido ao aspecto emocional envolvido e conflitos de interesse. O sucedido enfrenta o desafio de passar adiante um patrimônio que pode ter levado uma vida inteira para construir, o que pode gerar hesitação em deixar o controle. No entanto, adiar esse processo pode resultar em uma sucessão inadequada. Como destacado por Leone (2005), o reconhecimento da sucessão como um problema a ser resolvido é o primeiro passo para iniciar um planejamento e adaptação adequados ao processo sucessório.

Segundo Machado (2005), empresas familiares frequentemente enfrentam desafios de sucessão, especialmente com casamentos sucessivos gerando complexidades adicionais. Filhos de diferentes casamentos trabalhando juntos na mesma empresa familiar é um exemplo comum. Essa situação requer uma gestão cuidadosa para evitar conflitos e garantir a continuidade do negócio. Políticas claras de sucessão são essenciais, assim como uma comunicação aberta entre todos os membros da família para alinhar expectativas e responsabilidades.

O processo de sucessão precisa de tempo e organização para garantir que, quando for necessário, o patrimônio da família esteja bem alinhado com os sucessores. Isso ajuda a manter o negócio familiar funcionando sem perdas econômicas desnecessárias. Por isso, é importante planejar a sucessão para que, conforme a vida segue seu curso, os herdeiros possam continuar administrando o patrimônio (GONÇALVEZ *et al.*, 2019), a sucessão de uma propriedade rural ou negócio familiar envolve três componentes principais: a transferência dos bens, a continuação da atividade profissional pelos filhos, e a retirada dos pais do comando. Esse processo é bilateral e pode ser conflituoso, exigindo harmonia e diálogo para uma transição suave (PANNO, 2016).

De acordo com Stropasolas (2011), a sucessão em si se dá à transferência do controle das atividades e do patrimônio entre gerações no contexto da produção agrícola familiar. Tendo a saída das gerações mais velhas da administração da propriedade criando a necessidade de formação de um novo membro sucessor dentro da própria família, que assumirá a continuidade dos afazeres na propriedade.

Segundo Kischener, Kiyota e Perondi (2015), antes da modernização o processo sucessório passava de pai para filho na agricultura nas práticas cotidianas, não indo além sobre estudos mais aprofundados sobre novas tecnologias e política no agronegócio. Sendo que após o início da modernização se iniciam várias caracterizações dos novos tempos como estudos mais avançados, valores culturais da cidade se impondo agricultura e vários fatores que integração aos novos moldes da agricultura e sua sucessão.

Conforme Panno (2016), conforme o passar dos anos a agricultura familiar vem sofrendo com vários problemas, como a competitividade com grandes fazendas e complexos agroindustriais tornando a concorrência desleal levando a propriedade familiar optar por diversificar as atividades para ter mais renda acarretando muita pressão e um trabalho árduo tendo como resultado um comportamento de êxodo rural por parte dos futuros sucessores das propriedades rurais.

2.2 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO AGRONEGÓCIO

A inovação, segundo Soares Júnior (2015), vai além da adaptação técnica tendo enfoque também em assumir riscos de alto investimento que irão trazer autonomia, aumento de produtividade e controle facilitado sendo essa também aplicável na agricultura. Assim, como destaca Lyra (2023), a possibilidade da inovação tecnológica agrícola é fortemente relacionada a capacidade das pessoas a empreender e inovar em suas propriedades rurais, bem como vinculada, as pressões ambientais e de sustentabilidade, unida com fatores políticos e econômicos sobre as perspectivas do mercado futuro.

A partir dos anos 60 a agricultura aumentou grandemente sua produção em grande parte de seus cultivos sem aumentar necessariamente a área de cultivo, concluindo que a modernização agrícola e sua progressão no decorrer do tempo é de suma importância para nossa economia. Outro motivo que auxiliou nessa progressão da inovação na agricultura se dá a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural que surgiu em 1965, que visava cobrir parte dos custos de produção e comercialização, promovendo a formação de capital e fortalecendo a posição econômica dos pequenos e médios agricultores consequentemente acelerando a inovação tecnológica. (SANTOS, 2014).

Segundo Assis, Piantoni e Azevedo (2024), com a forte demanda de produção agrícola vinculada ao crescimento populacional a agricultura tem que se reinventar e inovar cada vez mais para produzir mais com menos custo, com menos insalubridade no ambiente rural e também com menos poluição, tanto na emissão de gases poluentes como na poluição de rios e solo trazendo conformidade com as novas normas de sustentabilidade, também a automação de máquinas e implementos, combinada com o uso de tecnologias de informação para aquisição de dados e gerenciamento do sistema de produção, forma o sistema de manejo chamado Agricultura de Precisão (AP).

Zarelli *Et al.* (2016) destaca não somente a inovação tecnológica na agricultura, mas sim a inovação sustentável que serve de base para as futuras gerações abordando a sucessão familiar para a continuidade disso. As experiências sustentáveis ao meio ambiente são transmitidas entre gerações, o que garante a perpetuação dessas práticas. Tendo a inovação sustentável sendo uma abordagem que permite às empresas para antecipar e responder rapidamente às mudanças, criando soluções que beneficiem tanto a sociedade quanto o meio ambiente.

Um grande diferencial para a inovação no âmbito rural é a maneira que os meios de comunicação se propagam pelas empresas rurais, sendo ela de fácil acesso encurtando a distância do campo e da cidade, bem como diminuindo os desafios para novos aprendizados podendo melhorar assim a qualidade de vida e produtividade na propriedade, porém esses incentivos e tecnologias acessíveis só conseguem ser propagados e disseminados se o sucessor não optar pelo êxodo rural. (COMASSETTO, 2012).

2.3 FATORES QUE INFLUENCIAM NA PERMANENCIA DE JOVENS NA ATIVIDADE RURAL

Segundo Panno (2016) os fatores que influenciam na permanência dos jovens agricultores nas propriedades rurais são divididos em 4 orientações: *instrumental* onde a agricultura é vista como meio de obter renda e segurança com boas condições de trabalho; *social*, indivíduos se tornam ou permanecem agricultores pelas relações interpessoais; *expressiva* sugere que a agricultura é um meio de autoexpressão ou realização pessoal; *intrínseca*, a agricultura é valorizada por suas características próprias.

Os fatores positivos quanto à permanência dos jovens é dar continuidade a propriedade que é gerida pela família por gerações, também a autonomia de tempo e gerenciamento da propriedade, junto com os avanços tecnológicos o cultivo fica mais produtivo e menos pesado, bem como a própria realização pessoal de ser dono do próprio negócio. (DAHMER, 2022).

Um dos principais fatores que influenciam na permanência no meio rural e a vitória da sucessão familiar é a renda, conforme afirmam Kruger *et al.* (2018). Outros fatores citados por Stuanil, *et al.* (2016) são: aptidão ou gosto pelas atividades rurais, representação e satisfação pelos negócios desenvolvidos na propriedade, diversificação da produção rural, medo de desperdiçar o valor investido pelos seus familiares, medo de iniciar uma nova atividade e adequação de horários conforme a necessidade.

Na região sul do Brasil os fatores predominantes a permanência dos jovens são o tamanho da propriedade comparada ao respectivo retorno monetário, sendo assim nas áreas pequenas os sucessores buscam opções de salários melhores com empregos salarizados nas cidades (ANJOS; CALDAS E COSTA, 2006).

2.4 FATORES QUE INFLUENCIAM O ABANDONO OU DIFICULDADE NO PROCESSO DE SUCESSÃO DOS JOVENS NA ATIVIDADE RURAL

Segundo Panno (2016) os fatores que influenciam a permanência dos jovens agricultores nas propriedades rurais podem ser categorizados em quatro perspectivas. A orientação instrumental considera a agricultura como uma fonte de renda e estabilidade financeira, desde que ofereça boas condições de trabalho. Na orientação social, a permanência na atividade agrícola está ligada às relações interpessoais e à convivência familiar. Já a orientação expressiva associa a agricultura à realização pessoal e à autoexpressão. Por fim, a orientação intrínseca valoriza a atividade rural por suas próprias características e signos, entre os principais desafios para a sucessão familiar no campo estão a juventude dos pais no momento da decisão, a incerteza quanto ao futuro dos filhos, a necessidade de estudos dos herdeiros, a intenção de venda da propriedade, conflitos entre múltiplos específicos na sucessão, além de dificuldades relacionadas ao governo e ao acesso.

Conforme Mello *et al.* (2003) um dos principais fatores que influenciam na saída dos jovens no campo é pela demora na definição do sucessor e a ampliação do horizonte profissional dos jovens, conseqüentemente, também, a demora das decisões e do preparo desses sucessores, remuneração dos não sucessores e falta de horizonte de investimentos.

Segundo Lima e Rodrigues (2018) o abandono das terras é devido à falta de reconhecimento tanto pessoal quanto monetário do jovem rural, os altos gastos com investimentos e implementos e a incerteza da colheita, bem como a falta de oportunidade empregatícia e falta de oportunidade escolar e a falta de políticas públicas empregadas ao meio rural são fatores que ocasionam no abandono das terras agrícolas.

Rosa (2022) ao tratar sobre o abandono dos jovens menciona a falta de apoio governamental, a ausência de programas de incentivo ao trabalho rural, percepção de que há muito esforço e pouco retorno financeiro, insegurança causada pelas variações climáticas e ausência de um salário fixo ou direitos trabalhistas como férias e pouco lazer, jornada cansativa e o esforço físico exigido no cultivo das culturas, que também pode causar problemas de saúde, bem como, a falta de apoio e incentivo familiar. Na pesquisa realizada por Rosa (2022), a exclusão dos filhos das decisões familiares foi mencionada como obstáculo à sucessão.

Weber (2017) acrescenta ainda, fatores relacionados à família, fatores psicológicos, falta de lazer, o próprio clima desfavorável dependendo da região da propriedade, dificuldade de acesso a meios de comunicação, estrada e logística precária e problemas com o escoamento da produção agrícola com atenção aos produtos produzidos e seus prazos de venda.

Quanto ao abandono da propriedade há casos que por conta do local em que residem para fins de estudos, especialmente do ensino superior, ser na área urbana os jovens acabam se encantando pela rotina mais agitada, empregos permanentes, mais opções de lazer, também o esforço físico para a permanência que se dá ao desgaste do trabalho árduo, mecanizações com valores de investimento muito alto, dificuldade na logística, mas também se leva em consideração a autoridade paternal diminuída, onde os pais são mais flexíveis por conta da modernização (DEBESAITIS, 2013).

Conforme afirma Dahmer (2022) os pontos negativos que dificultam a sucessão nas propriedades familiares estão: a dificuldade da passagem do comando da fazenda ao sucessor, trabalho pesado, falta de apoio de mão de obra especializada, alto custo dos insumos, pouca valorização tanto da população em geral como do próprio governo.

2.5 PESQUISAS ANTERIORES

A pesquisa realizada por Kischener, Kiyota e Perondi (2015) teve por objetivo verificar quais foram os fatores que interferiram na sucessão geracional e passaram a influenciar a estratégia de reprodução social da agricultura familiar no sudoeste paranaense, comparando duas comunidades rurais entre si, como resultado obtiveram uma pesquisa onde 70% dos entrevistados têm perspectivas futuras com a agricultura com as seguintes justificativas: da renda, a convivência na comunidade e a

inclusão dos projetos de vida dos filhos nas estratégias de reprodução social da família, porém a fatia que pensou o oposto traz consigo as justificativas de que no campo não há de se garantir uma renda mensal, de que no âmbito urbano existem mais oportunidades de estudo que no campo, a saúde onde não precisam ser tão expostos aos agrotóxicos entre outras.

Recalcatti *et al.* (2024) realizaram uma pesquisa que teve por objetivo reconhecer as causas que influenciam na permanência dos estudantes de Ciências Agrárias no meio rural, que o gênero predominante entre jovens que cursam ciências agrárias, trabalha e permanece na agricultura com os pais, é o masculino, já o feminino tende a buscar outros ramos de negócios optando pela saída do meio rural para urbano. Os autores também contribuem com a observação de que os jovens sucessores buscam conhecimentos nas academias para aplicarem e inovarem o meio rural em que vivem, assim incentivados pelos pais e pelas próprias instituições.

Panno (2016) desenvolveu uma das pesquisas buscando analisar as decisões dos agricultores familiares de Frederico Westphalen/RS com relação à sucessão geracional nas suas propriedades, sob a ótica da teoria da decisão e orientações de valor, elencando os diferentes fatores que influenciam sucessores e sucedidos nesse processo, como resultado de sua pesquisa tanto bibliográfica como pesquisa de campo foram que o estudo identifica que o desejo pela sucessão na agricultura está ligado a oportunidades acadêmicas e profissionais dos jovens, além da postura dos pais e destaca que a sucessão deve ser vista como um processo contínuo, influenciado pela participação dos filhos na gestão da propriedade tendo em vista a importância econômica da agricultura em nosso país e no mundo em geral.

Breitenbach e Corrazi (2021), realizaram uma pesquisa com objetivo de verificar a projeção dos jovens residentes em Rio Grande do Sul para seu futuro profissional no campo e apontar os fatores condicionantes para as suas decisões, constataram que o fator principal para a decisão da permanência no meio rural dos jovens é a participação ativa na gestão da atividade e na tomada de decisões nas atividades, também afirmaram que os jovens da região pretendem ser sucessores na atividade rural e também buscar conhecimentos superiores para aplicar no futuro ramo escolhido por eles.

Wink (2018) analisou as perspectivas da sucessão rural em propriedades familiares produtoras de leite no município de Estrela por meio de uma pesquisa exploratória e qualitativa, entrevistando pais e filhos. Os resultados apontam para a saída das mulheres do campo, a influência dos investimentos via PRONAF na permanência dos sucessores, a ineficiência das políticas públicas de incentivo à sucessão, a falta de gestão dos pais em aspectos como férias e salários, e a percepção de que investimentos em tecnologia são essenciais para a continuidade da atividade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é do tipo descritiva, por meio de um levantamento e a abordagem é qualitativa e quantitativa. O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado com questões fechadas que correspondem aos objetivos da pesquisa. Segundo Gil (2002), entende-se como pesquisa descritiva aquela que tem por objetivo a descrição de características do universo amostral ou estabelecer relação entre variáveis, sendo quantitativa a abordagem principal para a correlação dos dados da pesquisa pois possui é baseada na estatística. Quanto ao questionário se resume em um conjunto de questões que podem ser respondidas por escrito pelo pesquisado.

A população é composta por alunos dos cursos de graduação voltados para o agronegócio da região Oeste do Paraná, sendo população o conjunto de sujeitos a serem pesquisados podendo eles serem escolhidos de maneira aleatória ou direcionados, em suma, o número total de elementos de uma classe. (GIL 2002). A amostra é composta por alunos dos cursos de graduação em Agronomia de três Instituições de Ensino Superior da região oeste do Paraná: Unioeste – MCR, UTFPR - Santa Helena, ISEPE – MCR).

Segundo Gil (2002), amostra é subconjunto de uma população maior, uma pequena fração a qual possui algo em semelhança que normalmente é o direcionador do estudo ao qual a pesquisa pertence sendo como o objetivo dos respondentes representarem com suas respostas conclusões levantadas da população como um todo. De acordo com Marconi (2003) a amostra é uma parte do

universo ou população escolhida de maneira conveniente, trata-se de um subconjunto dessa população.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado tendo por base autores que pesquisaram sobre sucessão em propriedades rurais, dentre eles: Monteiro, et. al (2024); Kruger *et al*, 2019; Panno, (2016); Kischener, Kiyota e Perondi (2015); Dahmer (2022); Debesaitis (2013); Weber (2017); Da Rosa (2022); Lima e Rodrigues (2018); Mello *et al* (2003).

Para a validação da escala desenvolvida foi utilizada a análise multivariada de dados, realizando a Análise Descritiva e a Análise Fatorial Exploratória.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados do desenvolvimento e validação da escala de Mensuração da Propensão à Sucessão em Propriedades Rurais iniciando pela validação de conteúdo e, em seguida, o pré-teste e a validação da escala.

4.1 DESENVOLVIMENTO DA ESCALA DE MENSURAÇÃO DA PROPENSÃO À SUCESSÃO EM PROPRIEDADES RURAIS – EPSPR

Para elaboração e validação desta escala seguiu-se os passos sugeridos por DeVellis e Thorpe (2021), os quais são: determinar claramente o que se pretende mensurar; gerar um *pool* de itens; determinar o formato de mensuração (escala de verificação); revisar o conjunto de itens inicial por especialistas (validade de conteúdo); considerar a inclusão de itens de validação (validade de construto); testar os itens em uma amostra compatível a qual se destinará a escala; avaliar os itens; e otimizar a extensão da escala (reduzir a quantidade de itens).

A primeira etapa para o desenvolvimento da Escala PSPR consistiu na elaboração dos itens conforme a literatura. Em seguida, realizou-se a validação de conteúdo submetendo a escala à validação de especialistas das áreas de estatística, desenvolvimento de escalas e agronomia.

A propensão à sucessão em propriedades rurais foi definida como sendo “Predisposição favorável de um indivíduo para a sucessão nas propriedades rurais familiares, sem necessariamente, considerar as adversidades futuras, refletindo um sentimento favorável que ainda não chega a ser a intenção de assumir a gestão das atividades de agronegócio familiares rurais, mas poderá tornar-se no futuro.”.

Nesta etapa foram elaborados 42 itens e submetidos à avaliação de oito especialistas os quais deveriam avaliar cada item quanto à dois critérios: - Adequação do item, sendo 1 totalmente inadequado e 5 totalmente adequado e Clareza do enunciado do item, sendo 1 totalmente sem clareza e 5 totalmente clara. Para tanto, conforme a literatura sobre o tema, foram idealizados três fatores: Carreira (itens 1 ao 11), Aptidão (itens 12 ao 27) e visão de futuro/inação (itens 28 ao 42).

A análise das respostas dos especialistas indicou os seguintes Índices de Validade de Conteúdo de Conteúdo: Carreira - 0,85, Aptidão - 0,85 e Visão de futuro/inação - 0,86. No entanto, sete itens ficaram com IVC individual inferior a 0,70 nos dois critérios avaliados e, portanto, foram excluídos para fins de realização do pré-teste, restando desta forma, 35 itens.

4.2 PRÉ-TESTE DA ESCALA PSPR

O pré-teste foi realizado com 25 alunos de graduação do curso de Zootecnia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná de Marechal Cândido Rondon. A escolha deste curso foi em razão de fazer parte dos cursos voltados às atividades de agronegócio da mesma forma que o de Agronomia.

A Análise Fatorial Exploratória sem fixar fatores indicou a formação de 8 fatores. No entanto, em dois haveria apenas uma ou duas variáveis. Desta forma, foram realizados testes entre 7 e 3 fatores em que se observou que uma solução em três fatores teria uma Variância Total Explicada de 66,72%, cuja maior carga fatorial do Fator 1 foi de 0,867 e a menor 0,461, no Fator 2 a maior 0,866 e a menor

0,522 e no Fator 3 a maior carga foi de 0,748 e a menor 0,541. Desta forma, todos os itens foram mantidos para a etapa de validação da escala.

4.3 VALIDAÇÃO DA ESCALA DE MENSURAÇÃO DA PROPENSÃO À SUCESSÃO EM PROPRIEDADES RURAIS

A validação da Escala de Mensuração da Propensão à Sucessão em Propriedades Rurais - EPSPR foi realizada com alunos do curso de Agronomia de três instituições de ensino superior, sendo elas: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste e Faculdade ISEPE Rondon, ambas de Marechal Cândido Rondon e Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UFTPR de Santa Helena.

Ao todo 269 alunos aceitaram e participaram da pesquisa e 19 não aceitaram. Os participantes que aceitaram responderam questionários impressos aplicados em sala e em horário de aulas, previamente agendados com as coordenações dos cursos. Do total de participantes que aceitaram participar da pesquisa, 33 foram excluídos por não serem filhos ou netos de produtores rurais, 05 (p. 25, p. 69, p. 70, p. 73 e p. 79) por não terem respondido mais de uma afirmativa referente à propensão de sucessão, bem como de intenção de sucessão e 02 (p. 156 e p. 199) por não terem respondido mais de uma afirmativa referente à intenção de sucessão, restando 229 respostas válidas para fins de análise.

A análise descritiva do perfil dos 229 respondentes válidos revelou que 161 participantes são do sexo masculino e 68 femininos, com predominância em idades até 22 anos, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Idade dos participantes válidos

Idade	Frequência	Porcentagem (%)
17	1	0,44%
18	27	11,79%
19	40	17,47%
20	59	25,76%
21	39	17,03%
22	39	17,03%
23	10	4,37%
24	6	2,62%
25	3	1,31%
26	1	0,44%
30	1	0,44%
35	1	0,44%
40	1	0,44%
45	1	0,44%
Total	229	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Estes participantes são todos filhos ou netos de produtores rurais, pois os que não atendiam a esta condição foram eliminados da amostra. Três participantes não informaram em que ano do curso estão matriculados. Os demais 41 estão no primeiro ano, 41 no segundo, 69 no terceiro, 54 no quarto e 21 no quinto ano.

Em relação à moradia, 65,07% moram com os pais, 7,42% com cônjuge ou companheiro, 19,65% sozinhos e 7,86% com colegas. Quanto ao trabalho 54,59% estão atuando na propriedade rural familiar, 2,62% em empresa pública, 11,35% em empresa privada, 2,62 são autônomos, 19,21%

não trabalha, 9,17% são estagiários ou bolsistas remunerados e 0,44% outras situações não especificadas.

A Escala de PSPR após o pré-teste contém 35 itens. Esta quantidade de itens indica que será formada pelos menos por 2 fatores, uma vez que a uni dimensionalidade seria de até 15 itens. Para Análise Fatorial Exploratória foi utilizado o SPSS versão 22, com os seguintes parâmetros sugeridos por Hair *et al* (2009): teste de esfericidade de Bartlett (inferior a 0,05), KMO (igual ou superior a 0,700), comunalidade individual das variáveis (superior a 0,600), variância total explicada superior a 60%, carga fatorial individual (superior a 0,600) e quantidade de variáveis por fator (igual ou superior a 3 variáveis). Para tanto, foi utilizado o método de extração Componentes Principais, a rotação Varimax, nos valores ausentes, optou-se pela substituição pela média, classificando por tamanho e suprimindo valores inferiores a 0,500 nos fatores.

Ao analisar a EPSPR sem fixar fatores, os resultados indicaram que a escala atende aos requisitos iniciais do teste de Bartlett (0,000) e o KMO foi de 0,954, gerando fatores. No entanto, o fator continha apenas 2 variáveis, indicando a necessidade de fixar fatores.

Em seguida, foram analisados os dados a fim de identificar se havia casos incomuns de respostas a fim de eliminá-los da análise, sendo identificado que os participantes 32, 40, 57, 101 e 192 tinham respostas consideradas incomuns para fins de análises estatísticas, sendo, portanto, excluídos antes de dar sequência. Porém, ao refazer a análise de casos incomuns mais 3 casos surgiram (48, 52 e 147). Na terceira busca por casos incomuns surgiram os casos 15 e 22, os quais também foram excluídos. Na quarta tentativa, surgiram os casos 88 e 129, sendo ambos excluídos. Na quinta tentativa, o caso 110 apresentou-se como incomum e, também, foi excluído da amostra. Na sexta análise do banco de dados para identificar casos incomuns observou-se que o caso 107 apresentou respostas incomuns, sendo excluído. Na sétima tentativa, o caso 107 apresentou respostas incomuns e foi excluído. Na oitava tentativa o caso 140 estava com respostas incomuns e foi excluído. Após esta exclusão não foram identificados mais casos incomuns indicando que o conjunto de dados estava apropriado para a AFE.

Desta forma, restaram 213 respostas válidas e que foram usadas nas AFE com os parâmetros descritos anteriormente. Os resultados indicaram teste de Bartlett de 0,000 e KMO de 0,946, indicando que estes dados podem ser analisados por meio da AFE. Sem fixar fatores observou-se a geração de 5 fatores com variância total explicada de 61,85%. No entanto, os fatores 3 e 4 apresentaram, respectivamente, 2 e 1 variáveis. Diante disso, foi rodado novamente fixando em 3 fatores. Ao fixar em 3 fatores o fator 3 apesar de ficar com 3 variáveis, 2 apresentavam carga fatorial inferior a 0,500. Desta forma, um novo teste foi realizado, fixando em 2 fatores cujos resultados indicaram variância total explicada de 51,80%.

Assim, a opção foi por dar continuidade à redução dos itens da escala considerando a formação de 2 fatores, e eliminado as variáveis cujas cargas fatoriais fossem inferiores a 0,600, eliminado uma a uma e rodando novamente. Os itens (variáveis) excluídos são apresentados no Quadro 1.

Item (variável)	KMO geral	Variância Total	Fator	Carga fatorial
PSPR 4	0,946	52,77%	2	0,352
PSPR 18	0,946	53,63%	1	0,367
PSPR 6	0,946	54,57%	2	0,431
PSPR 34	0,948	55,05%	1	0,479
PSPR 35	0,947	55,55%	1	0,497
PSPR 26	0,946	55,97%	1	0,539
PSPR 22	0,947	56,27%	2	0,541
PSPR 5	0,946	57,01%	2	0,555
PSPR 28	0,947	57,18%	2	0,562
PSPR 27	0,947	57,38%	2	0,562
PSPR 19	0,948	57,97%	1	0,572
PSPR 11	0,946	58,80%	1	0,584

PSPR 1	0,948	59,66%	1	0,607
PSPR 3	0,946	60,30%	1	0,599
PSPR 2	0,944	60,96%	1	0,590

Quadro 1 – Itens excluídos para atingir os parâmetros estabelecidos para AFE

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao excluir PSPR 11 todas as variáveis ficaram com carga fatorial superior a 0,600, mas a Variância Total Explicada ainda estava inferior a 60%. Diante disso, optou-se pela exclusão da variável com menor carga fatorial, neste caso, PSPR 1 com carga de 0,607.

Após a exclusão da variável PSPR 3 a Variância Total Explicada atingiu 60,30%, porém a carga fatorial da variável PSPR 2 caiu para 0,590. Desta forma, foi a próxima a ser excluída, sendo que após esta exclusão todos os parâmetros estabelecidos foram atingidos.

Desta forma, a Escala PSPR é composta por 20 itens, dispostos em 2 fatores, conforme se apresenta no Quadro 2.

ITENS	AFIRMATIVA	FATOR	
		1	2
PSPR14	Caso eu me esforce o suficiente, acredito que posso assumir a gestão da propriedade rural dos meus pais no futuro.	,786	
PSPR10	Acredito que eu consiga ser sucessor(a) da propriedade rural familiar no futuro.	,778	
PSPR9	Quando penso em carreira profissional, me imagino gerenciando as atividades rurais da propriedade dos meus pais.	,772	
PSPR15	Caso eu me esforce o suficiente, acredito que poderei ser sucessor(a) dos meus pais nas atividades desenvolvidas na propriedade rural familiar.	,756	
PSPR16	Suceder meus pais na gestão das atividades desenvolvidas na propriedade rural da minha poderá ser uma opção para mim no futuro.	,724	
PSPR8	Mesmo que eu adquira uma propriedade rural para mim, poderei ser o sucessor dos meus pais na gestão da propriedade rural deles.	,720	
PSPR13	Acredito que darei continuidade à tradição da minha família e atuarei em atividades rurais.	,698	
PSPR21	Tenho capacidade e acredito que, no futuro, meus pais me escolherão para ser sucessor(a) na gestão da propriedade rural familiar.	,698	
PSPR12	Acredito que eu serei capaz suceder meus pais na gestão da propriedade rural familiar.	,676	
PSPR20	Dar continuidade nas atividades rurais da minha família é uma oportunidade para o meu sucesso pessoal.	,672	
PSPR17	Sinto-me apto(a) para conduzir os negócios da propriedade rural da minha família no futuro.	,666	
PSPR7	Acredito que serei o sucessor dos meus pais no gerenciamento da propriedade rural familiar.	,648	
PSPR31	Se no futuro eu for escolhido(a) para ser sucessor(a) dos meus pais na propriedade rural da nossa família, acredito que trabalharei arduamente para diversificar as atividades da propriedade.		,811
PSPR23	Sou capaz de ter ideias para diversificar as fontes de renda na propriedade rural dos meus pais.		,755
PSPR30	Quando observo um problema na propriedade rural da minha família, eu penso em novas alternativas para resolvê-los.		,752
PSPR29	Quando vejo meus pais tendo dificuldade para fazer alguma atividade, penso em algumas formas que poderiam ser implementadas para executá-las melhor.		,752
PSPR24	Eu vejo novas oportunidades na propriedade rural dos meus pais, mesmo onde eles não veem.		,724
PSPR25	Sou capaz de ter ideias para expandir os negócios na propriedade rural dos meus pais.		,668

PSPR33	Se no futuro eu for escolhido(a) para ser sucessor(a) dos meus pais na propriedade rural familiar, trabalharei arduamente para implantar novas atividades além das que já são desenvolvidas atualmente.		,654
PSPR32	Se no futuro eu for escolhido(a) para ser sucessor(a) dos meus pais na propriedade rural da nossa família, trabalharei arduamente para dar continuidade às atividades que são desenvolvidas atualmente.		,654

Quadro 2 – Escala de Propensão à Sucessão em Propriedades Rurais

Fonte: Elaborado pelos autores.

O fator 1, denominado **Carreira** é composto por 12 itens que remetem às expectativas de atuação profissional no futuro. Autores como Rochs, *et al.* (2020), Stuanil, *et al.* (2016), Panno (2016), Kruger *et al.* (2019), Monteiro, *et al.* (2024), destacam que geralmente as atividades rurais são passadas de uma geração para a outra na família, sendo que os principais aspectos ou características que levam os pais a escolherem seus sucessores na gestão das propriedades rurais são: legislação que determina como o patrimônio deve ser repassado aos herdeiros; as relações sociais e interpessoais na comunidade; afeto familiar presente na atividade; autonomia da atividade rural; e, aptidão por atuar no segmento de agronegócio.

O fator 2, denominado **Visão de Futuro/Inovação** é composto por 8 itens que remetem à adoção de novas tecnologias, novos métodos e diversificação das atividades desenvolvidas nas propriedades rurais. Considerando que os respondentes frequentam o curso de Agronomia acredita-se que estão atualizados em termos de tendências atuais e futuras envolvendo atividades de agronegócio em nível regional, nacional e mundial. Assim, têm percepções e podem vislumbrar novas possibilidades para as propriedades rurais de seus pais.

Araújo (2009), Franco (2012), Lyra (2023), Santos (2014), Assis, Piantoni e Azevedo (2024) e Comassetto (2012), destacam que geralmente as novas tecnologias elevaram o nível de produção por hectare, tanto de culturas temporárias quanto das permanentes, além de aumentar significativamente a produtividade em termos de criação de animais de corte.

Entre as tecnologias estão: maquinários agrícolas; diminuição da emissão de gases poluentes como na poluição de rios e solo trazendo conformidade com as novas normas de sustentabilidade, também a automação de máquinas e implementos, combinada com o uso de tecnologias de informação para aquisição de dados e gerenciamento do sistema de produção, forma o sistema de manejo chamado Agricultura de Precisão (AP).

Em termos de confiabilidade mensurada pelo Alfa de Cronbach observou-se que os 20 itens distribuídos em 2 fatores apresentaram 0,951 no Fator 1 e 0,952 no Fator 2, valores superiores ao recomendado pela literatura que é de 0,700. Desta forma, é possível afirmar que a escala atende os requisitos estatísticos para desenvolvimento e validação de escalas e os dois fatores em que os itens ficaram agrupados apresentam confiabilidade.

Assim, essa escala poderá ser usada em diversos contextos que envolvam a propensão à sucessão nas propriedades rurais, sendo essa a maior contribuição.

5. CONCLUSÃO

O objetivo da pesquisa foi desenvolver e validar uma Escala de Mensuração da Propensão à Sucessão em Propriedades Rurais. Para atendê-lo recorreu-se à literatura sobre o tema buscando elaborar um elenco de afirmativas que remetesse à propensão para sucessão. Em seguida, as afirmativas foram submetidas a um grupo de 8 especialistas para fins de validação de conteúdo, sendo excluídas aquelas que apresentaram problemas em termos de adequação do item e clareza do enunciado.

O próximo passo consistiu no pré-teste do instrumento, com questionário aplicado a 25 alunos do curso de Zootecnia da Unioeste – MCR. A escolha deste grupo de alunos para o pré-teste foi por frequentarem cursos de graduação também voltado para atividades de agronegócio.

Os resultados indicaram que a escala atende os parâmetros estatísticos, sendo formada por dois fatores em que o fator 1, denominado Carreira é composto por 12 itens que remetem às

expectativas de atuação profissional no futuro e o fator 2, denominado Visão de Futuro/Inovação é composto por 8 itens que remetem à adoção de novas tecnologias, novos métodos e diversificação das atividades desenvolvidas nas propriedades rurais.

A escala desenvolvida demonstrou-se uma ferramenta válida para mensurar a predisposição à sucessão na gestão de propriedades rurais e oferece subsídios para estudos futuros, os quais poderão investigar características pessoais bem como teorias que tenham correlação com esta propensão.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nadia Velleda; COSTA, Maria Regina Caetano. **Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar**. 2006.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. Editora Atlas SA, 2009.

ASSIS, KC de C.; PIANTONI, J.; AZEVEDO, RF Tecnologias em agricultura inteligente: **Eficiência e sustentabilidade**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [.] , v. 13, n. 4, p. e7013445072, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i4.45072. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/45072>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. **¿ Ser o no sucesor? A qué aspira la juventud rural de Rio Grande do Sul**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 19, n. 3, p. 212-234, 2021.

COMASSETTO, L. R. **A comunicação como fator para a sucessão e transformação na agricultura familiar**. Esferas, v. 1, n. 1, 12 nov. 2012

DAHMER, Alessandra de Vargas. **Sucessão rural familiar em propriedades do município de Feliz, Rio Grande do Sul**. UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. 2022.

DEBESAITIS, Enio. Idas e vindas ao meio rural: **Sucessão familiar**. 2013.

DEVELLIS, Robert F.; THORPE, Carolyn T. **Scale development: Theory and applications**. Sage publications, 2021.

FRANCO Júnior, Nelson Cerino. **Sistema de informação aplicado à agricultura**. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GONÇALVES, Lúcio Carlos *et al.* **Tópicos de setor agrário e de extensão rural**. 2019.

HAIR, J. F. **Análise multivariada de dados**. Bookman editora, 2009.

HEINRICHS, Katharina. **Succession in family businesses: An in-depth qualitative study of succession in German family-owned wineries**. BoD–Books on Demand, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE**; 2023 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/27652>.

KIMAK, Paulo. **O fracasso da sucessão da Família Gucci**. 2023. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/panorama-economico/o-fracasso-da-sucessao-da-familia-gucci>.

KISCHENER, Manoel Adir; KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. Sucessão geracional na agricultura familiar: **Lições apreendidas em duas comunidades rurais**. Mundo agrário, v. 16, n. 33, p. 00-00, 2015.

KRÜGER, Cristiane *et al.* **Evidências da contabilidade e capacidades de absorção no processo de sucessão familiar e continuidade da atividade rural**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 61, n. 3, p. e263003, 2019.

KRUGER, Silvana Dalmutt *et al.* **Fatores determinantes para a sucessão familiar em estabelecimentos rurais da região oeste de Santa Catarina**. Extensão Rural, v. 25, n. 4, p. 57-70, 2018.

LEONE, Nilda Guerra. **Sucessão na empresa familiar: preparando as mudanças para garantir sobrevivência no mercado globalizado**. Editora Atlas, 2005.

LIMA Izidoro, Jucicléia Teodoro; RODRIGUES, Marilsa de Sá. **A sucessão genética na agricultura familiar**. Humanidades & Inovação, v. 5, n. 11, p. 318-324, 2018.

LYRA, Alberto Salvio Vasconcelos de. **Metodologia e ferramentas de projeto aplicadas à mecanização agrícola: ênfase nos pequenos fabricantes de máquinas e implementos agrícolas**. 2023. Tese (Doutorado em Dinâmica e Mecatrônica) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2023.

MACHADO, Hilka Vier. **Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares**. Psicologia em estudo, 10.v. p. 317 – 323, mai/ago 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, Márcio Antonio *et al.* **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar**. Agric São Paulo, v. 50, p. 11-24, 2003.

MONTEIRO, Elideth Pacheco *et al.* **Sucessão na agricultura familiar brasileira: uma revisão sistemática da literatura**. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 9, p. 15729-15729, 2024.

MORAIS, M.; BINOTTO, E.; BORGES, J. A. R. **Identificando crenças subjacentes intenção dos sucessores de assumir a fazenda**. Política de Uso do Solo. 48-58, 2017.

MOREIRA JUNIOR, Armando Lourenzo; BORTOLI NETO. Adelino de. **Empresa familiar: um sonho realizado**. São Paulo: Saraiva, 2007.

PANNO, Fernando. **Sucessão geracional na agricultura familiar: valores, motivações e influências que orientam as decisões dos atores**. 2016.

PWC BRASIL, **Empresa familiar: Um negócio que se adapta ao século 21 - 10Minutos**. Private Company Services Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/10minutes/assets/10-min-empresas-familiares13.pdf>

REBOUÇAS, D. **Empresa familiar: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo**. São Paulo: Atlas, 1999.

RECALCATTI, Jonas Felipe *et al.* **A educação superior em ciências agrárias e as relações com a sucessão geracional de jovens.** 2024.

ROCHA, C.S. *et al.* **Holding e os Processos de Sucessão Familiar e de Planejamento Tributário no Segmento de Cafeicultura.** Revista de Contabilidade da UFBA, Salvador-Bahia, v. 14, n. 2, p. 76-90, set./dez. 2020.

ROSA, Isete Peter da. **Sucessão familiar no meio rural na cultura do tabaco no município de Turuçu/RS.** 2022.

SANTOS, Luiz Antônio Casemiro dos. **Pesquisa de Inovação na Agricultura - PINAGRO: levantamento estatístico do perfil da inovação no setor agrícola.** 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Economia Internacional; Políticas Públicas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SOARES JÚNIOR, Dimas. **Trajetórias e capacidade de adaptação em sistemas-atividades da agricultura familiar paranaense.** 2015. Tese doutorado, Universidade Estadual de Londrina, 2015.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar,** v. 8, n. 1, p. 26, 2011.

STUANIL, C.; NECKEL, Anderson; FICAGNA, Alba Valéria Oliveira. **Jovens herdeiros: Uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais de Nova Araçá. Anais Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas,** 2016.

WEBER, Tomás Antônio. **Conhecendo a problemática enfrentada por jovens rurais para realizar a sucessão rural no município de Venâncio Aires/RS.** 2017

WINK, Leonardo Luís. **Perspectivas do processo de sucessão familiar em propriedades familiares produtoras de leite.** Universidade Do Vale Do Taquari, 2018.

ZARELLI, P. R., de Prá Carvalho, A., Turra, S., & de Melo, C. O. **Gestão do conhecimento e planejamento de sucessão para inovação sustentável na agricultura familiar: lacunas de pesquisa identificadas a partir de um estudo teórico.** 2016.

ZOU, B.; MISHRA, A. K.; LUO, B. **Aging population, farm succession, and farmland usage: Evidence from rural China.** Land Use Policy, v. 77, p. 437-445, 2018.